



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção Escrita

O Instituto Cultural (IC) esteve no foco da atenção da sociedade, porque enquanto serviço da Administração Pública, recrutou trabalhadores de forma irregular. De acordo com a imprensa, entre 2010 e 2015, o IC contratou irregularmente, contornando os procedimentos regulares do concurso público, 472 trabalhadores.

A passagem da cultura é deveras importante para o desenvolvimento global da sociedade de Macau. Do ponto de vista político, a divulgação cultural vai ao encontro do desenvolvimento dum “centro mundial de turismo e lazer”, e para os residentes comuns, os trabalhos práticos na área da cultura podem enriquecer a vida e suprir as necessidades da população. Pelo exposto, os trabalhos do IC são muito importantes para o desenvolvimento de Macau.

O IC merece mesmo censura, pois enquanto serviço da Administração Pública, violou as leis e os regulamentos de recrutamento. Porém, numa outra perspectiva, isto fez emergir um problema real, que é a falta significativa de recursos humanos no IC, que prejudica o funcionamento normal de várias repartições.

Assim sendo, face a esta questão, interpelo sobre o seguinte:

1. O âmbito das competências do IC é bastante amplo, incluindo artes performativas, protecção do património cultural, comunicação cultural, divulgação académica, etc. Perante este volume de trabalho, qual é afinal a dimensão da falta de pessoal neste serviço público, que o levou a correr o risco de violar as leis?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. Segundo revelaram os dados, o IC contratou, violando os procedimentos administrativos, 472 trabalhadores. De que repartições faziam parte estes trabalhadores? O IC prometeu despedir, no prazo de um ano, os trabalhadores irregularmente contratados. Então, qual é o ponto de situação desse despedimento?
3. Como foi referido, o âmbito das competências do IC é amplo, e os trabalhadores sentem muita pressão. Então, após o despedimento dos trabalhadores irregularmente contratados, e enquanto não há suficientes trabalhadores legalmente contratados, como é que o IC vai garantir que os trabalhos não sejam prejudicados? Quando é que vão ser preenchidas as vagas decorrentes do recrutamento irregular? Alguns trabalhadores despedidos são difíceis de substituir, pois são de áreas altamente qualificadas, como a da protecção do património cultural. Assim, a fim de evitar grandes impactos nos respectivos trabalhos, de que soluções ou medidas é que as repartições envolvidas dispõem para encontrar, quanto antes, profissionais para estas vagas?

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Chan Iek Lap**

21 de Maio de 2018